

FREGUESIA DE MURTEDE

Município de Cantanhede

ORÇAMENTO

PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019

APROVADO

PELA JUNTA DE FREGUESIA

PELA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Em reunião de

13 / Dezembro / 2018

Em sessão de

28 / Dezembro / 2018

Celso Fernandes
Paulo Batista
Sílio Ribeiro

Ricardo dos Santos Pinho
Joaquim José Souto Cardoso
Teresa Gomes Ferreira



Freguesia de Murtede

NORMAS REGULAMENTARES DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2019

Capítulo I

Artigo 1.º - Definição e Objeto

1. O presente regulamento estabelece regras e procedimentos aplicáveis à execução do Orçamento da Freguesia, de modo a garantir o cumprimento dos princípios orçamentais, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei 2/2007 de 15 de janeiro, Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, Decreto-Lei 114/2007, de 19 de Abril e Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.
2. Após a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com exceção dos seus pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1 será substituído pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e a Lei 2/2007 de 15 de janeiro será substituída pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.

Artigo 2.º - Utilização das Dotações Orçamentais

Durante o ano de 2019 a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis a curto prazo, previstos ao abrigo do disposto da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).

Artigo 3.º - Execução Orçamental

1. O Executivo, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro.
2. Na execução dos documentos previsionais deverá ser tido em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovados e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo os princípios da utilização racional das dotações aprovadas, a assunção dos custos e das despesas deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.
3. Deverá continuar a ser assegurado e implementado durante o ano de 2019 um efetivo sistema de controlo interno, com vista ao reforço do controlo financeiro, com o objetivo de garantir o rigor na execução orçamental e evitar a má utilização dos recursos autárquicos.

Artigo 4.º - Registo Contabilístico

1. O registo da receita e da despesa e dos respetivos movimentos contabilísticos serão efetuados em documentos próprios.



Freguesia de Murtede

2. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, serão os constantes do sistema de controlo interno, aprovado nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, conjugado com o estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Artigo 5.º - Gestão dos Bens Tangíveis e intangíveis da Autarquia

1. A Gestão do Património da Freguesia executar-se-á nos termos do regulamento de cadastro e Inventário de Bens da Autarquia.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do órgão executivo através de informação-proposta ou documento equivalente, designadamente contratos, após aprovação da despesa bem como da verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 6.º - Modificações ao Orçamento e ao PPI

1. As dotações inscritas nas Grandes Opções do Plano, comparticipadas por Fundos Comunitários ou outros, só poderão ser utilizadas para reforços de outras iniciativas, após reformulação, devidamente comprovada, do respetivo cronograma financeiro.
2. A modificação ao Orçamento, decorrente da aplicação de receitas legalmente consignadas, só poderá ser considerada com a efetiva atribuição (homologação) pela entidade respetiva.

Capítulo II

Artigo 7.º - Princípios Gerais para a Arrecadação de Receitas

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição na rubrica orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrada além dos valores inscritos no Orçamento, conforme disposto em 2.3.4.2 - a) e b) do DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (com a entrada em vigor do SNC-AP - 4 da NCP 26 do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro).
2. A liquidação e a arrecadação de receitas será efetuada com base na legislação e regulamento em vigor.
3. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de Dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.

Artigo 8.º - Princípios Gerais para a Realização de Despesas

1. Na execução do Orçamento da despesa, devem ser respeitados os princípios e regras definidas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (com a entrada em vigor do SNC-AP - da NCP 26 do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro), nomeadamente:
 - 1.1. As despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas, se para além de serem legais, estiverem inscritas no Orçamento e no PPI, no caso



Freguesia de Murtede

dos investimentos, com dotação igual ou superior ao cabimento e compromisso, respetivamente;

1.2. As dotações orçamentais das despesas constituem o limite máximo a utilizar na sua realização;

1.3. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de Dezembro, devendo o pagamento dos encargos assumidos e não pagos até 31 de Dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.

2. A autorização para a realização de despesas será concedida pela entidade com delegação de competência para o efeito, exarada sobre a requisição numerada ou documento equivalente, previamente cabimentada e apreciada a sua adequação às regras e princípios a aplicar na realização das despesas.

3. As propostas relativas à atribuição de subsídios ou realização de transferências para valores superiores a 5.000,00 euros, terão de ser acompanhadas de declaração da Segurança Social comprovativa da situação contributiva regularizada e identificação completa do beneficiário - nome, morada, contato, e-mail e número de identificação fiscal.

4. As propostas relativas à atribuição de subsídios ou realização de transferências para qualquer montante, terão de ser acompanhadas de declaração das Finanças comprovativas da situação tributária regularizada, a qual deverá mencionar que não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos ou prestações tributárias e respetivos juros.

5. No caso específico do compromisso da despesa, e tendo como princípio básico a não utilização da antecipação de fundos prevista no artigo 4º da LCDA, deverá atender-se à regra prevista no n.º 2 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, ou seja, os compromissos serão realizados em função dos trabalhos e fornecimentos a desenvolver mensalmente.

6. Em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada pelo Presidente da Junta a constituição de fundos de maneio, por conta da respetiva dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.

7. Cada um dos fundos referidos no número anterior, tem de ser regularizado no fim de cada mês, num único título e saldado no fim do ano, não podendo conter, em caso algum, despesas não documentadas.

Artigo 9.º - Autorização para a Contratação das Despesas

1. As competências para a autorização da realização de despesas, são estabelecidas por deliberação do executivo, sem prejuízo da adoção de regras e demais procedimentos estabelecidos sobre esta matéria por legislação em vigor, nomeadamente Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

2. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento as seguintes despesas: vencimentos e salários, encargos de empréstimos, contribuições e impostos, reembolsos ou quotas ao Estado ou organismos seus dependentes, água, energia elétrica, telefone, prémios de seguros e quaisquer outros contratos que resultem de contratos legalmente celebrados, bem como o pagamento a diversas entidades por Operações de Tesouraria.



Freguesia de Murtede

3. Qualquer encargo só pode ser assumido depois de ser previamente registado o cabimento da importância correspondente à despesa a pagar.

Capítulo III

Artigo 10.º - Procedimento para a Realização da Despesa

1. Os concursos públicos ou limitados, os procedimentos de negociação ou diálogo concorrencial, serão efetuados de harmonia com as regras de contratação pública estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.
2. São excluídas dos procedimentos de contratação as entidades relativamente às quais se verifique qualquer das situações de impedimentos referidos no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.
3. A realização de trabalhos de construção, reconstrução, restauro, reparação, conservação ou adaptação de imóveis, bem como às concessões de obras públicas e fornecimentos de obras públicas aplica-se o regime constante do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro. Os processos de formalização dos respetivos contratos, a adotar são os seguintes:
 - 3.1. Concurso público - para empreitadas de valor igual ou superior a 150.000,00€.
 - 3.2. Consulta prévia - para empreitadas de valor inferior a 150.000,00€
 - 3.3. Ajuste direto - para empreitadas de valor inferior a 30.000,00€
4. A realização de despesas com aquisição de bens e serviços, locação e aquisição de bens imóveis, regem-se pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro. Os procedimentos a adotar são os seguintes:
 - 4.1. Concurso público - para aquisições cujo valor do contrato seja superior a 75.000,00€.
 - 4.2. Consulta prévia - para aquisições cujo valor seja inferior a 75.000,00 €.
 - 4.3. Ajuste direto - para aquisições cujo valor seja inferior a 20.000,00 €.
5. As adjudicações efetuadas ao abrigo do artigo 128º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro podem ser efetuadas sobre a fatura ou documento equivalente, quando o preço contratual não seja superior a 5.000 euros.
6. As despesas relativas a encargos de representação e a aquisição de bens para oferta que ultrapassem os 249,40€ mensais, despendidos de uma só vez ou fracionadamente carecem de autorização expressa do Presidente da Junta de Freguesia.

Artigo 11.º - Celebração e Formalização dos Contratos

1. Não há obrigatoriedade de celebração de contrato escrito nas seguintes condições:
 - 1.1. Quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual não exceda € 10 000;
 - 1.2. Quando se trate de locar ou de adquirir bens móveis ou de adquirir serviços ao abrigo de um contrato público de aprovisionamento;



Freguesia de Murtede

1.3. Quando se trate de locar ou de adquirir bens móveis ou de adquirir serviços nos seguintes termos:

1.3.1. O fornecimento dos bens ou a prestação dos serviços deva ocorrer integralmente no prazo máximo de 20 dias a contar da data em que o adjudicatário comprove a prestação da caução ou, se esta não for exigida, da data da notificação da adjudicação; e

1.3.2. A relação contratual se extinga com o fornecimento dos bens ou com a prestação dos serviços, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens ou serviços adquiridos; e

1.3.3. O contrato não esteja sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas; ou

1.4. Quando se trate de contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e cujo preço contratual não exceda € 15 000.

2. A redução do contrato a escrito pode ser dispensada pelo órgão competente para a decisão de contratar, mediante decisão fundamentada, quando:

2.1. A segurança pública interna ou externa o justifique;

2.2. Seja adotado um concurso público urgente; ou

2.3. Por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante, seja necessário dar imediata execução ao contrato.

3. A competência para dispensa de contrato escrito na situação do número anterior, cabe à entidade competente para autorizar a despesa.

Artigo 12.º - Publicitação de Modificações ao Contrato

1. Os atos administrativos do contraente público ou os acordos entre as partes que impliquem quaisquer modificações objetivas do contrato e representem um valor acumulado superior a 15 % do preço contratual devem ser imediatamente publicitados, pelo contraente público, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, devendo a publicidade ser mantida até seis meses após a extinção do contrato.

2. A publicitação referida no número anterior é condição de eficácia dos atos administrativos ou acordos modificativos, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

Artigo 13.º - Publicitação dos Ajustes Diretos e Consultas Prévias

1. A celebração de quaisquer contratos na sequência de ajuste direto ou consulta prévia deve ser publicitada, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.

2. A publicitação referida no número anterior é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.



Freguesia de Murtede

Artigo 14.º - Comunicações, Notificações e Publicitação

1. A via eletrónica é regra para todos os procedimentos de Contratação Pública. As comunicações, as trocas e arquivos de dados e outras informações processam-se através de plataformas eletrónicas.
2. A partir de 30 de Julho de 2009, tornou-se obrigatória a utilização de plataforma eletrónica para os convites a entidades, receção de propostas, notificações e demais atos dos procedimentos de contratação pública.

Artigo 15.º - Limitações à Contratação

1. Não podem ser convidadas a apresentar proposta empresas com as quais a autarquia já tenha celebrado, nesse ano económico ou nos dois anos económicos anteriores, contratos cujo objeto seja idêntico ou abranja prestações do mesmo tipo, e cujo preço contratual acumulado seja iguais ou superior aos limites da consulta prévia (€150.000,00 nas empreitadas de obras públicas; €75.000,00 nas aquisições de bens e serviços) ou do ajuste direto (€30.000,00 nas empreitadas de obras públicas; €20.000,00 nas aquisições de bens e serviços).
2. Não podem ser convidadas entidades que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestados serviços, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores.

Capítulo IV

Artigo 16.º - Conferência, Verificação e Registo da Despesa

A conferência, verificação e registo inerente à realização de despesas efetuadas, deverá obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis (e Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro) e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, em particular pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

Artigo 17.º - Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia

1. Considerando que, conforme dispõe do artigo 12º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.
2. Face aos considerandos é dada autorização prévia e genérica ao executivo para a assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:
 - 2.1. Resultem dos projetos ou ações constantes nas Grandes Opções do Plano;
 - 2.2. Os seus encargos não excedam o limite de 9.759,58 € (nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito céntimos);



Freguesia de Murte de

- 2.3. Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, alterações ao cronograma físico de investimentos ou outros legalmente previstos;
- 2.4. Sejam despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo, observando os limites impostos pelo regime da contratação pública, destacam-se nomeadamente as despesas com os acordos do IEFP, com seguros, com encargos de instalações e com as telecomunicações.
3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia de Freguesia deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

Artigo 18.º - Dúvidas sobre a execução do orçamento

As dúvidas suscitadas na execução do orçamento e na aplicação do seu regulamento são esclarecidas por despacho do Presidente da Junta.



Freguesia de Murtede

NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 16º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Junta de Freguesia elaborar as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento, cabendo à Assembleia de Freguesia a sua aprovação em conformidade com a alínea a), n.º 1 do artigo 9º da Lei n.º 75/2013 de 12/09.

A presente proposta sobre o Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, para o ano 2019, foi elaborado (e redigido) de acordo com a alínea a) e b), n.º 1 do artigo 16º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, e tendo em consideração os requisitos legais na aplicação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Pese embora o POCAL tenha sido substituído pelo SNC-AP conforme Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de Setembro, este só deverá entrar em vigor para todas as entidades em 1 de Janeiro de 2019.

Nesse sentido, a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) através da Circular 1266/2018 vem dar conhecimento que a CNC "reitera o entendimento de que o orçamento das entidades autárquicas para 2019, a elaborar em 2018, ainda deverá ser preparado de acordo com o modelo do POCAL, havendo depois, a partir de 1/1/2019, um ajustamento em sede de execução, para os modelos de relato previstos no SNC-AP." Em 22/02/1999, foi publicado o Decreto-Lei n.º 54-A/99, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) o qual, segundo se lê no seu preâmbulo "*consubstancia a reforma da administração financeira e das contas públicas no sector da administração autárquica*".

O citado instrumento legal reforma profundamente a contabilidade autárquica constituindo um marco histórico na gestão da administração local. Integra os princípios orçamentais e contabilísticos, as regras previsionais, os critérios de valorimetria, o balanço e a demonstração de resultados e bem assim os documentos previsionais e os de prestação de contas.

Aos documentos previsionais consagrados no anterior regime jurídico (Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de Junho, Decreto-Lei n.º 226/93, de 22 de junho e Decreto Regulamentar n.º 92-C/84, de 28 de Dezembro) - Plano de Actividades e Orçamento - sucedem agora as Grandes Opções do Plano, nas quais são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico (incluindo o Plano Plurianual de Investimentos e as actividades mais relevantes da gestão autárquica) e o Orçamento - conforme indicado no ponto 2.3.¹ do POCAL.

¹ 2.3 - Documentos previsionais e sua execução: I - Os documentos previsionais a adoptar por todas as autarquias locais são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento. Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da Grandes Opções do Plano e Orçamento - 2019



Freguesia de Murtede

Nas Grandes Opções do Plano são definidas quatro grandes linhas de desenvolvimento estratégico, como base para o desenvolvimento social, económico, ambiental e patrimonial, com o horizonte de quatro anos, correspondendo ao atual mandato autárquico.

1. Reforçar a crescente importância da Freguesia de Murtede no contexto do Concelho de Cantanhede e mais além;
2. Melhorar as condições de bem-estar e de qualidade de vida dos cidadãos;
3. Criar condições para o relançamento das actividades económicas;
4. Valorizar a acção social, a educação, a cultura e o desporto.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento são dois importantes documentos de gestão contendo o quadro previsional, em função do qual a administração autárquica desenvolve a sua acção na prossecução dos interesses autárquicos.

autarquia local e incluem, designadamente, o plano plurianual de investimentos e as actividades mais relevantes da gestão autárquica.

2.3.1 - Plano plurianual de investimentos: O plano plurianual de investimentos das autarquias locais, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projectos e acções a realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos pela autarquia local e explicita a respectiva previsão de despesa. No plano plurianual de investimentos devem ser discriminados os projectos e acções que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos.

2.3.2 – Orçamento: O orçamento das autarquias locais apresenta a previsão anual das receitas, bem como das despesas, de acordo com o quadro e código de contas descritos neste diploma.

2.3.3 - Execução anual do plano plurianual de investimentos: O mapa da execução anual do plano plurianual de investimentos apresenta a execução do respectivo documento previsional num dado ano, destacando o nível de execução financeira anual e global. Só podem ser realizados os projectos e ou as acções inscritas no plano plurianual de investimentos e até ao montante da dotação em «Financiamento definido para o ano em curso».

2.3.4 - Execução orçamental

2.3.4.1 - Os mapas de execução orçamental das despesas e das receitas articulam-se com o de fluxos de caixa e permitem acompanhar de forma sintética todo o processo de realização das despesas e de arrecadação das receitas.

2.3.4.2 - Na execução do orçamento das autarquias locais devem ser respeitados os seguintes princípios e regras:

- a) As receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objecto de inscrição orçamental adequada;
- b) A cobrança de receitas pode no entanto ser efectuada para além dos valores inscritos no orçamento;
- c) As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de Dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efectuar;
- d) As despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respectivamente;
- e) As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização;
- f) As despesas a realizar com a compensação em receitas legalmente consignadas podem ser autorizadas até à concorrência das importâncias arrecadadas;
- g) As ordens de pagamento de despesa caducam em 31 de Dezembro do ano a que respeitam, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até essa data ser processado por conta das verbas adequadas do orçamento que estiver em vigor no momento em que se proceda ao seu pagamento;
- h) O credor pode requerer o pagamento dos encargos referidos na alínea g) no prazo improrrogável de três anos a contar de 31 de Dezembro do ano a que respeita o crédito;
- i) Os serviços, no prazo improrrogável definido na alínea anterior, devem tomar a iniciativa de satisfazer os encargos, assumidos e não pagos, sempre que não seja imputável ao credor a razão do não pagamento.



Freguesia de Murtede

Constituem os instrumentos legais, com base nos quais, a União das Freguesias, assegura a sua gestão, ao longo do ano. Assim, na elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento, constitui primeira preocupação a priorização das necessidades, face aos meios financeiros disponíveis ou a obter.

C
DEB.
J
F
Lanty
L



Freguesia de Murtede

RECURSOS FINANCEIROS

A actividade desenvolvida durante o ano de 2018, nesta fase de preparação e apreciação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019, foi pautada pelo rigor e controle na conjugação dos fluxos financeiros de entrada (recebimentos / receitas) e de saída (compromissos assumidos / pagamentos / despesa), e constituíram elemento importante na perspectiva das previsões para o ano de 2019

Quadro 1 – Orçamentos iniciais de 2018 / 2019 (classificação económica) – previsão

DESIGNAÇÃO	2018	2019
Receitas Correntes		
01 - Impostos directos	3 300,94 €	3 231,16 €
02 - Impostos indirectos		- €
04 - Taxas, multas e outras penalidades	2 000,00 €	2 000,00 €
05 - Rendimentos de propriedade		- €
06 - Transferências correntes	52 613,67 €	55 147,67 €
07 - Venda de serviços		- €
08 - Outras receitas correntes	100,00 €	100,00 €
Total de Receitas Correntes	58 014,61 €	60 478,83 €
Receitas de Capital		
09 - Venda de bens de investimento	4 000,00 €	4 000,00 €
10 - Transferências de capital	20 000,00 €	17 010,00 €
11 - Activos financeiros		
12 - Passivos financeiros		
13 - Outras Receitas de Capital		
Total de Receitas de Capital	24 000,00 €	21 010,00 €
15 - Reposições não abatidas pagamentos		
16 - Saldo da Gerência Anterior		
Total Geral da Receita	82 014,61 €	81 488,83 €

Quadro 2 – Orçamentos iniciais de 2018 / 2019 (classificação económica) – previsão

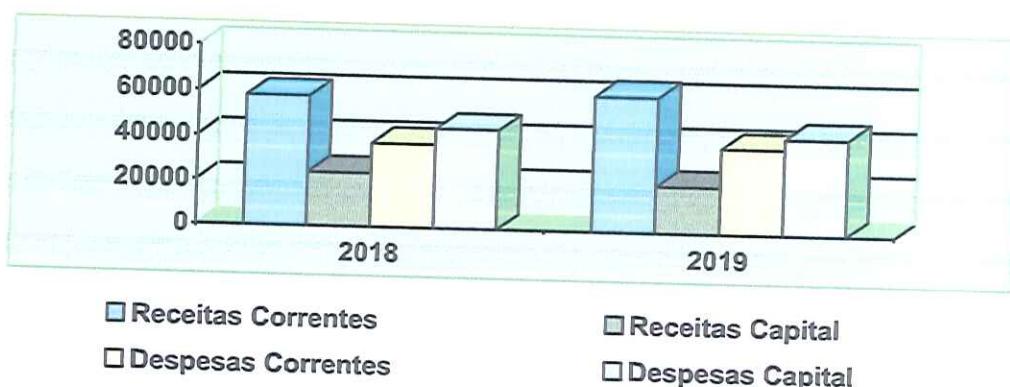
DESIGNAÇÃO	2018	2019
Despesas Correntes		
01 - Pessoal	10 314,88 €	10 814,88 €
02 - Aquisição de serviços	15 779,93 €	16 144,15 €
03 - Encargos correntes da dívida		- €
04 - Transferências correntes	5 000,00 €	5 000,00 €
05 - Subsídios	6 319,80 €	6 319,80 €
06 - Outras despesas correntes	100,00 €	100,00 €
Total das Despesas Correntes	37 514,61 €	38 378,83 €
Despesas de Capital		
07 - Aquisição de bens de investimento	43 000,00 €	41 610,00 €
08 - Transferências de capital	1 000,00 €	1 000,00 €
09 - Activos financeiros		- €
10 - Passivos financeiros		- €
11 - Outras Despesas de Capital	500,00 €	500,00 €
Total das Despesas de Capital	44 500,00 €	43 110,00 €
Total Geral da Despesa	82 014,61 €	81 488,83 €



Freguesia de Murtede

c
DEB
G
L
M

Gráfico 1 - Evolução das Receitas e das Despesas



No capítulo das receitas, as grandes fontes de financiamento são:

1. Administração Central (Fundo Financiamento Freguesias)
2. Administração Local (contratos programa CMC)
3. Receitas Próprias (Taxas e Concessões)

No capítulo das despesas, estas são desenvolvidas num só capítulo orgânico, dada a estrutura orgânica da Junta, que mantém toda a sua actividade sob o controlo directo do Executivo, inscreveu-se:

1. Pessoal - pagamento de vencimento e pagamento de encargos aos funcionários e autarcas; encargos sociais; senhas de presença, encargos com as mesas de voto.
2. Aquisição de bens e serviços correntes
 - Bens correntes - assegurar o normal funcionamento dos serviços administrativos, do cemitério e da manutenção e conservação de vias, valetas e bermas e o apoio social;
 - Serviços correntes - assegurar todos os serviços necessários ao funcionamento da autarquia, destacando-se a elaboração e implementação do POCAL, o estudo das acessibilidades e a promoção de atividades culturais e sociais.



Freguesia de Murtede

3. Transferências correntes - apoio às actividades desenvolvidas pelas Instituições de Cultura, Recreio e Desporto da Freguesia, através de deliberação da Junta de Freguesia ou da celebração de protocolos.
4. Despesas de capital - despesas relativas a construções diversas ou grandes reparações, transferências de capital e aquisição de bens imobilizáveis.

A destacar dentro desta rubrica:

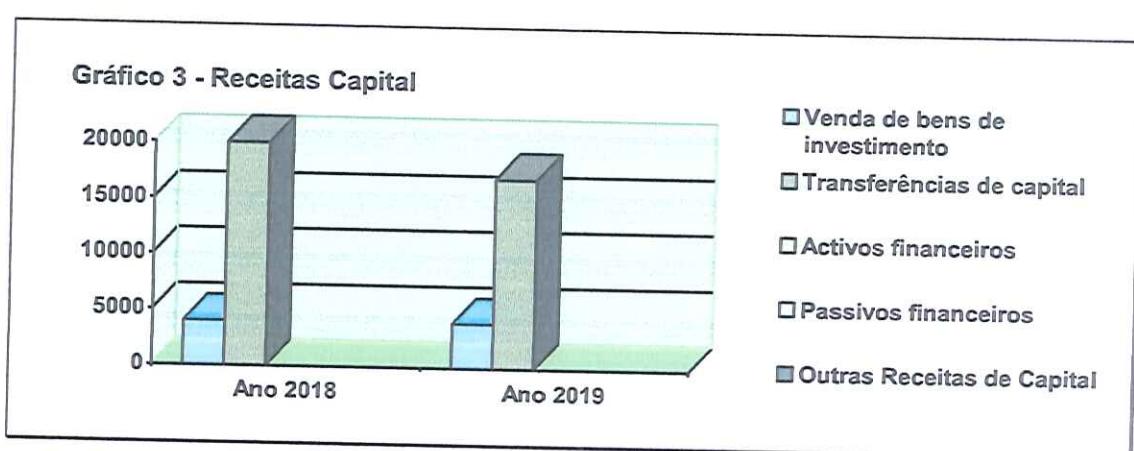
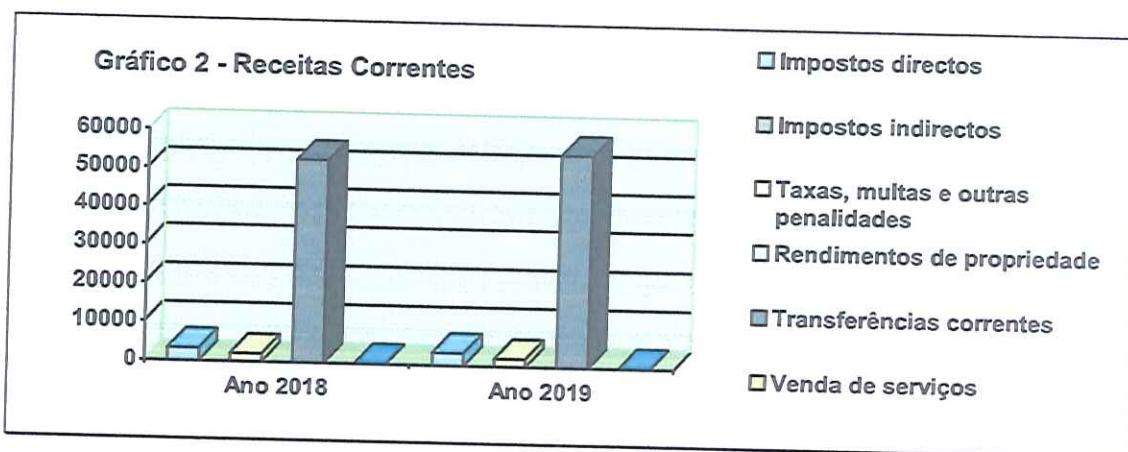
- Preservação de todos os caminhos rurais;
- Aplicação de tapete betuminoso em diversos arruamentos;
- Construção de passeios;
- Aplicação de soluções para redução de velocidade (continuação);
- Construção, limpeza e manutenção das valetas da freguesia;
- Continuação da política de ampliação e requalificação da rede de iluminação pública;
- Obras de construção e requalificação dos cemitérios



Freguesia de Murtede

OP
REB
SF

JL
V
15





Freguesia de Murtedé

Quadro 3 – Resumo das Receitas e Despesas / 2019

DESIGNAÇÃO		Valores	%	DESIGNAÇÃO	Valores	%
	Receitas Correntes				Despesas Correntes	
01 - Impostos directos	3 231,16 €	3,97%	01 - Pessoal	10 814,88 €	13,27%	
02 - Impostos indirectos	- €	0,00%	02 - Aquisição de serviços	16 144,15 €	19,81%	
04 - Taxas, multas e outras penalidades	2 000,00 €	2,45%	03 - Encargos correntes da dívida	- €	0,00%	
05 - Rendimentos de propriedade	- €	0,00%	04 - Transferências correntes	5 000,00 €	6,14%	
06 - Transferências correntes	55 147,67 €	67,68%	05 - Subsídios	6 319,80 €	7,76%	
07 - Venda de serviços	- €	0,00%	06 - Outras despesas correntes	100,00 €	0,12%	
08 - Outras receitas correntes	100,00 €	0,12%			0,00%	
Total de Receitas Correntes	60 478,83 €	74,22%	Total das Despesas Correntes	38 378,83 €	47,10%	
Receitas de Capital				Despesas de Capital		
09 - Venda de bens de investimento	4 000,00 €	4,91%	07 - Aquisição de bens de investimento	41 610,00 €	51,06%	
10 - Transferências de capital	17 010,00 €	20,87%	08 - Transferências de capital	1 000,00 €	1,23%	
11 - Activos financeiros	- €	0,00%	09 - Activos financeiros	- €	0,00%	
12 - Passivos financeiros	- €	0,00%	10 - Passivos financeiros	- €	0,00%	
13 - Outras Receitas de Capital	- €	0,00%	11 - Outras Despesas de Capital	500,00 €	0,61%	
Total de Receitas de Capital	21 010,00 €	25,78%	Total das Despesas de Capital	43 110,00 €	52,90%	
15 - Reposições não abatidas pagamentos	- €	0,00%				
16 - Saldo da Gércia Anterior	- €	0,00%				
Total Geral da Receita	81 488,83 €	100,00%	Total Geral da Despesa	81 488,83 €	100,00%	

*Ribeiro
Gonçalves
Braga*



Freguesia de Murtede

C
DEB
ST
P/B
(long)

Gráfico 4 - Despesa Corrente

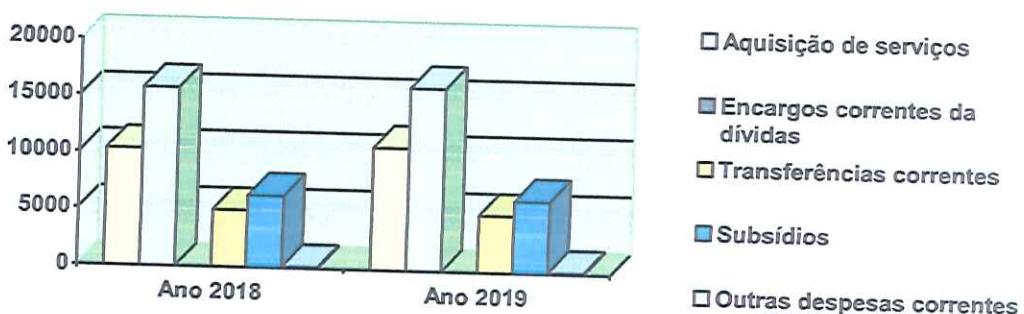
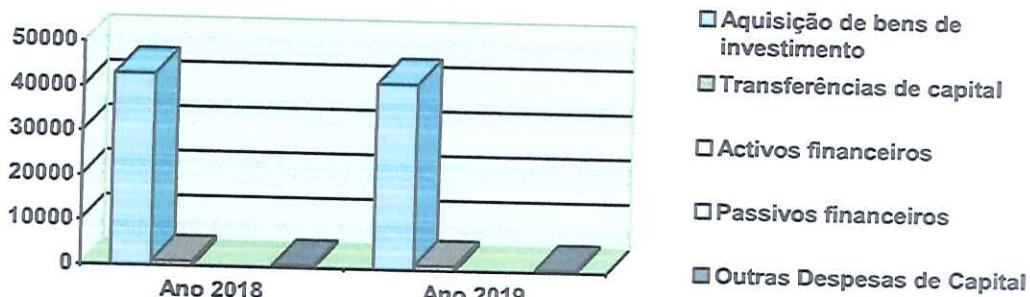


Gráfico 5 - Despesas Capital





Freguesia de Murte

4.- MISSÃO, OBJETIVOS e ESTRATÉGIA

A utilização do novo Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL), determinará que a Junta de Freguesia de Murte passe a elaborar planos plurianuais, onde se expressarão opções mais profundas e marcantes.

4.1.- Missão

A Junta de Freguesia de Murte é responsável pela gestão dos interesses da autarquia, no âmbito das competências que o quadro jurídico² em vigor lhe

² Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro
Artigo 16.º - Competências materiais

- f) Executar, por empreitada ou administração direta, as obras que constem das opções do plano e tenham dotação orçamental adequada nos instrumentos de gestão previsional aprovados pela assembleia de freguesia;
- g) Aprovar operações urbanísticas em imóveis integrados no domínio patrimonial privado da freguesia, após parecer prévio das entidades competentes;
- h) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia de freguesia os projetos de regulamentos externos da freguesia, bem como aprovar regulamentos internos;
- i) Discutir e preparar com a câmara municipal contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;
- j) Submeter à assembleia de freguesia, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências e de acordos de execução, bem como da respetiva resolução e, no caso de contratos de delegação de competências, revogação;
- k) Discutir e preparar com as organizações de moradores protocolos de delegação de tarefas administrativas que não envolvam o exercício de poderes de autoridade;
- l) Submeter à assembleia de freguesia, para efeitos de autorização, propostas de celebração dos protocolos de delegação de tarefas administrativas previstos na alínea anterior;
- m) Discutir e preparar com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da freguesia protocolos de colaboração, designadamente quando os respetivos equipamentos sejam propriedade da freguesia e se salvaguarde a sua utilização pela comunidade local;
- n) Submeter à assembleia de freguesia, para efeitos de autorização, propostas de celebração dos protocolos de colaboração referidos na alínea anterior;
- o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para a freguesia, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;
- p) Pronunciar-se sobre projetos de construção e de ocupação da via pública, sempre que tal lhe for requerido pela câmara municipal;
- q) Participar, nos termos acordados com a câmara municipal, no processo de elaboração dos planos municipais de ordenamento do território;
- r) Colaborar, nos termos acordados com a câmara municipal, na discussão pública dos planos municipais do ordenamento do território;
- s) Facultar a consulta pelos interessados dos planos municipais de ordenamento do território;
- t) Promover e executar projetos de intervenção comunitária nas áreas da ação social, cultura e desporto;
- u) Participar, em colaboração com instituições particulares de solidariedade social, em programas e iniciativas de ação social;
- v) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia;
- w) Emitir parecer sobre a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações;
- x) Prestar a outras entidades públicas toda a colaboração que lhe for solicitada, designadamente nos domínios da estatística e outros de interesse da população da freguesia;
- y) Colaborar com a autoridade municipal de proteção civil na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe;
- z) Promover a conservação de abrigos de passageiros existentes na freguesia;
- aa) Gerir, conservar e promover a limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos;
- bb) Gerir e manter parques infantis públicos e equipamentos desportivos de âmbito local;
- cc) Conservar e promover a reparação de chafarizes e fontanários públicos;
- dd) Colocar e manter as placas topográficas;
- ee) Conservar e reparar a sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais;
- ff) Proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais;
- gg) Conceder terrenos, nos cemitérios propriedade da freguesia, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas;
- hh) Gerir, conservar e promover a limpeza dos cemitérios propriedade da freguesia;
- ii) Administrar e conservar o património da freguesia;
- jj) Elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis propriedade da freguesia;
- kk) Adquirir e alienar bens móveis;
- ll) Declarar prescritos a favor da freguesia, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, bem como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade da freguesia, quando não sejam conhecidos os proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção de forma inequívoca e duradoura;
- mm) Fornecer material de limpeza e de expediente às escolas do 1.º ciclo do ensino básico e aos estabelecimentos de educação pré-escolar;
- nn) Proceder ao registo e ao licenciamento de canifeiros e gafeteiros;
- oo) Proceder à administração ou à utilização de baldios sempre que não existam assembleias de comparsas;
- pp) Executar, no âmbito da comissão recenseadora, as operações de recenseamento eleitoral, bem como desempenhar as funções que lhe sejam determinadas pelas leis eleitorais e dos referendos;
- qq) Lavrar termos de identidade e justificação administrativa;
- rr) Passar atestados;
- ss) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos de ações tutelares ou de auditorias levadas a efecto aos órgãos ou serviços da freguesia;
- tt) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;
- uu) Deliberar sobre a constituição e participação nas associações previstas no título V;
- vv) Remeter ao Tribunal de Contas as contas da freguesia;
- ww) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinadas pela assembleia de freguesia;



Freguesia de Murtede

confere, utilizando todos os recursos ao seu dispor para a valorização de todos os aspetos que contribuam para um desenvolvimento sustentado da freguesia.

4.2.- Objectivos

Para o período temporal a que este plano corresponde, existe um conjunto articulado de objectivos, definidos para um horizonte móvel de quatro anos e que, portanto, ultrapassam o horizonte anualizado de 2019:

- Reforçar a crescente importância da Freguesia de Murtede no contexto do Concelho de Cantanhede;
- Reforçar as condições de bem-estar social e da qualidade de vida dos cidadãos;
- Criar condições para o relançamento das actividades económicas;
- Valorizar a acção social, a educação, cultura e o desporto;
- Aumentar o grau cultural e dar a conhecer novas realidades à população da freguesia.

4.3.- Estratégias

Definido que está o quadro base, com a assunção da missão e objectivos, é possível estabelecer um conjunto de estratégias que suportem as acções a implementar durante os doze meses que se seguem, assumindo-se que algumas delas prosseguirão para além desse horizonte.

Estratégias a desenvolver:

- Manter e reforçar o contacto com os organismos, entidades e todos os interessados no progresso da freguesia, de forma a suscitar plataformas de consenso alargadas e potenciar sinergias entre as entidades;
- Manter uma actuação constante de procura de novas parcerias, tendo em vista a maximização da garantia de apoios para a execução das actividades;
- Melhorar as acessibilidades e as mobilidades;
- Melhorar a limpeza dos espaços públicos;
- Modernização dos processos de gestão tendo em vista a melhoria dos serviços prestados.



Freguesia de Murtede

P
DCB
F
d
Lori
15

5.- ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

5.1.- Autarquia e administração

- Consolidação das celebrações do "Dia da Freguesia de Murtede"
- Continuação da atribuição anual da Medalha de Mérito da Freguesia
- Dinamização e atualização dos conteúdos do portal
- Dinamização e atualização do perfil do facebook ou outras redes sociais que o justifiquem
- Continuação da publicação anual do boletim informativo da Freguesia
- Renovação do parque informático da Junta
- Dinamização de cursos e formações, de acordo com as necessidades da população
- Dinamização de sessões de esclarecimento, sobre matérias que o justifiquem
- Apoiar a edição de obras e as pesquisas que promovam e divulguem a freguesia e a sua história
- Beneficiação e remodelação do edifício-sede da Junta
- Beneficiação do edifício da antiga Escola de Enxofães
- Ampliação do cemitério de murtede
- Colocação de placas toponímicas
- Paragem de autocarro junto à EB1 de Murtede
- Pugnar melhoria comunicações

5.2.- Cultura, instituições e associativismo

- Manutenção e desenvolvimento dos protocolos de cooperação com as diversas associações da Freguesia
- Apoio às atividades culturais, desportivas, recreativas e gastronómicas desenvolvidas pelas associações
- Apoio e incentivo a outras ações de expressão cultural e artística
- Apoio à aquisição de equipamentos de apoio e balneários (CDCM)
- Apoio à substituição do telhado e cobertura da sede (ACRE)
- Apoio à implementação de espaço para armazenamento de materiais (GRES Tijuca)
- Substituição das caixilharias e da iluminação do salão (GTEF)
- Aquisição e colocação de estruturas onde se promovam os eventos da freguesia
- Apoio e incentivo às atividades escolares dos diferentes graus de ensino
- Apoio à atividade social e às obras do Centro Social Polivalente da Freguesia de Murtede

5.3.- Ambiente, floresta e espaços verdes

- Alargamento da rede de ecopontos e contentores, de acordo com as necessidades
- Instalação dos equipamentos no futuro parque de merendas, em Enxofães



Freguesia de Murtede

Q
Ref
A

J
C
M

- Melhorar a recolha de lixo nos cemitérios
- Limpeza e manutenção de valas em zona urbana
- Instalação de jardim em Murtede
- Estabelecimento de parcerias para utilização ambiental das saibreiras recuperadas (INOVA)
- Colocação de depósito de abastecimento em local estratégico, em articulação com as estruturas de Proteção Civil
- Aquisição de equipamentos de primeira intervenção para combate a incêndios e formação de voluntários
- Requalificação e redefinição das funcionalidades do lavadouro de Murtede
- Arborização dos terrenos da Junta

5.4.- Vias de comunicação e segurança rodoviária

Caminhos

- Reforço da política de recuperação e preservação dos caminhos rurais
- Recuperação do caminho do Ribeiro (Murteude - Escapães)
- Recuperação do caminho dos Cortelhos (ZI Murteude)
- Recuperação do caminho da Arroteia (Enxofães - Carvalho)
- Recuperação do caminho da Junceira (Enxofães)
- Recuperação do caminho da Cova Dente (Porto de Carros - Cordinhã)
- Recuperação do caminho de acesso à nascente de Porto de Carros
- Candidatura a fundos do PDR 2020 para recuperação dos caminhos nas zonas ardidas

Passeios

- Construção de passeios na EN 234, em Murteude
- Construção de passeios na Rua Principal, Porto de Carros
- Construção de passeios na Rua da Portela, Murteude
- Construção de passeios na Travessa da Catraia, Murteude
- Construção de passeios na parte sul da Rua de Santa Maria Madalena, Enxofães
- Dar continuidade aos passeios da Rua da Estação, Carvalho

Valetas / Drenagem de águas pluviais

- Construção de valetas na Rua da Aliança, Enxofães
- Construção de valetas na Rua do Forno, Casal das Sete Fontes
- Requalificação do sistema de drenagem da Rua do Penedo da Saudade, Murteude
- Requalificação do sistema de drenagem da Rua do Valongo, Murteude
- Limpeza e manutenção corrente de valetas e passeios

Soluções para redução de velocidade

- Sobrelevação do Largo da Fonte, Porto de Carros
- Construção de passadeiras sobrelevadas no início e no final da Rua da Estação, Murteude



Freguesia de Murtede

@
RCB
J
L
15

- Construção de passadeira sobrelevada na Rua da Portela (junto ao campo de futebol), Murtede
- Construção de passadeiras sobrelevadas na Rua da Santa Maria Madalena (no início da rua e junto à capela), Enxofães
- Construção de passadeira sobrelevada na Rua do Padrão, Enxofães
- Implementação de soluções no cruzamento da EM 618 para Pcarros

Tapetes e arruamentos

- Ligar vários arruamentos sem saída
- Aplicação de tapete no parque de estacionamento do cemitério de Enxofães
- Melhoria dos acessos na envolvente à estação de serviço, Enxofães
- Aplicação de tapete betuminoso na Rua da Estação, Murtede
- Ligação Casal das 7 Fontes - Centro de Ourentã

Iluminação pública

- Sinalização de avarias na rede de iluminação pública
- Alargamento e melhoria da mesma rede nos locais onde tal seja necessário
- Substituição progressiva dos focos existentes por LED's



Freguesia de Murtede

Q
REB.
A
D
Gord
151

ORÇAMENTO



Freguesia de Murtede

FREGUESIA DE MURTEDE

C. Económica				Designação	RECEITAS 2019 Valor (em euros)
				RECEITAS CORRENTES	60 478,83
01	02			Impostos directos	
01	02	02		Outros	3 231,16
01	02	02		Imposto municipal sobre imóveis	3 231,16
04	01			Taxas, multas e outras penalidades	
04	01	23		Taxas	2 000,00
04	01	23	04	Taxas específicas das autarquias locais	
04	01	23	99	Canídeos	1 000,00
04	01	23	99	Outras	1 000,00
06				Transferências correntes	
06	03			Administração central	55 147,67
06	03	01		Estado	
06	03	01	04	Fundo de Financiamento das Freguesias	41 112,00
06	03	09		Serviços e fundos autónomos - Subsistema de protecção à família e políticas activas de emprego e formação profissional	4 044,67
06	05			Administração Local	
06	05	01		Continente	9 991,00
08				Outras receitas correntes	
08	01			Outras	100,00
08	01	99		Outras	
08	01	99	99	Diversas	100,00
				RECEITAS CAPITAL	21 010,00
09				Venda de bens de investimento	
09	01			Terrenos	4 000,00
09	01	06		Administração Pública - Administração local - Continente	4 000,00
10				Transferências de capital	
10	03			Administração Central	17 010,00
10	03	01		Estado	
10	03	01	04	Cooperação Técnica e Financeira	
10	05			Administração Local	10,00
10	05	01		Continente	17 000,00
				TOTAL RECEITAS	81 488,83

Freguesia de Murtede

FREGUESIA DE MURTEDE					DESPESSAS 2019	
C. Económica	C	G	A	N	Designação	Valor (em euros)
					DESPESSA CORRENTES	38 378,83
01					Despesas com o Pessoal	
01	01				Remunerações certas e permanentes	10 814,88
01	01	01			Titulares de órgãos de soberania e membros órgãos autárquicos	
01	01	02	13		Outros suplementos e prémios	9 314,88
01	01	02	13	03	Senhas de presença	
01	03				Segurança social	1 000,00
01	03	09			Seguros	
01	03	09	01		Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	500,00
02					Aquisição de Bens e Serviços	
02	01				Aquisição de bens	16 144,15
02	01	02			Combustíveis e lubrificantes	
02	01	02	02		Gasóleo	
02	01	04			Limpeza e higiene	1 600,00
02	01	08			Material de escritório	250,00
02	01	17			Ferramentas e utensílios	300,00
02	01	19			Artigos honoríficos e de decoração	500,00
02	01	20			Material de educação, cultura e recreio	250,00
02	02				Aquisição de serviços	250,00
02	02	01			Encargos das instalações	
02	02	03			Conservação de bens	3 500,00
02	02	09			Comunicações	1 500,00
02	02	11			Representação dos serviços	800,00
02	02	12			Seguros	100,00
02	02	14			Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	200,00
02	02	17			Publicidade	
02	02	19			Assistência técnica	1 000,00
02	02	20			Outros trabalhos especializados	300,00
02	02	25			Outros serviços (inclui eventos sócio-culturais)	500,00
04					Transferências correntes	
04	07				Instituições sem fins lucrativos	5 000,00
04	07	01			Instituições sem fins lucrativos	
05					Subsídios	
05	08				Famílias	6 319,80
05	08	03			Outras (Programas CEI)	
06					Outras despesas correntes	6 319,80
06	02				Diversas	
06	02	03			Outras	100,00
06	02	03	05		Outras	



Freguesia de Murtede

Q
REB
A
L
15

FREGUESIA DE MURTEDE				DESPESAS 2019	
C. Económica	G	A	N	Designação	Valor (em euros)
07				DESPESSAS CAPITAL	43 110,00
07	01			Aquisição de bens de capital	41 610,00
07	01	01		Investimentos	
07	01	03		Terrenos	500,00
07	01	03	01	Edifícios	
07	01	08		Instalações de serviços	100,00
07	01	09		Software Informático	1 000,00
07	01	11		Equipamento administrativo	500,00
07	03			Ferramentas e utensílios	500,00
07	03	03		Bens de domínio público	
07	03	03	01	Outras construções e infraestruturas	
07	03	03	04	Viadutos, arruamentos e obras complementares	29 500,00
07	03	03	05	Iluminação pública	500,00
07	03	03	09	Parques e jardins	500,00
07	03	03	12	Sinalização e trânsito	500,00
07	03	03	12	Cemitérios	8 000,00
07	03	03	13	Outros	10,00
08				Transferências de capital	
08	07			Instituições sem fins lucrativos	1 000,00
08	07	01		Instituições sem fins lucrativos	1 000,00
11				Outras despesas de capital	
11	02			Diversas	500,00
11	02	99		Outras	500,00
TOTAL DESPESAS					81 488,83



Freguesia de Murtede

C
REB
A
J.
(6x7)
15

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Plano Plurianual de Investimentos

FREGUESIA DE MURTEDE

Freguesia de Murtede

Objetivo da Classificação Económica	Número do Projeto / Ação (n)	Designação do Projeto / Ação (b)	Forma de Execução (c)	Fonte de Financiamento			Início	Fim	Definição (c)	Despesas de Investimento			Anos Seguintes	Total	Previsão (g)	
				AC	AA	FC				%	%	Realizada (d)	Total	Financiamento	Definido (e)	Não Definido (f)
1	07030301	2019/01 Armos Urbanísticos - Residências - Conservações - Limpesas - Alastramentos	A	100	JFM	jul/19	dez/21	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €
2	07030301	2019/02 Vendas - Construção e Manutenção	A	100	JFM	jul/19	dez/21	17 000,00 €	17 000,00 €	17 000,00 €	17 000,00 €	15 500,00 €	15 500,00 €	15 500,00 €	48 000,00 €	48 000,00 €
3	07030301	2019/03 Caminhos e Afielhos	A	100	JFM	jul/19	dez/21	2 500,00 €	2 500,00 €	2 500,00 €	2 500,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €	8 500,00 €	8 500,00 €
4	07030304	2019/04 Recuperação de Unidades PÚBLICA	A	100	JFM	jul/19	dez/21	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €
5	070101	2019/05 Adaptação de Terreiro	O	100	JFM	jul/19	dez/21	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €
6	070108	2019/06 Software Informático	O	100	JFM	jul/19	dez/21	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €
7	070109	2019/07 Equipamento Administrativo	O	100	JFM	jul/19	dez/21	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €
8	070111	2019/08 Fornecedores e Utentes	O	100	JFM	jul/19	dez/21	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €
9	110399	2019/09 Outras Despesas - Rotâncias e Conservatórias	O	100	JFM	jul/19	dez/21	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €
10	07030312	2019/10 Cemitério - Obras e Requalificação e conservação	A	100	JFM	jul/19	dez/21	8 000,00 €	8 000,00 €	8 000,00 €	8 000,00 €	7 000,00 €	7 000,00 €	7 000,00 €	22 000,00 €	22 000,00 €
11	07030305	2019/11 Espaços Verdes - Criação e Manutenção	A	100	JFM	jul/19	dez/21	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €
12	07010301	2019/12 Requalificação e modernização com Fixação e Instalações	A	100	JFM	jul/19	dez/21	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	300,00 €	300,00 €
13	080701	2019/13 Apoios e Associações	O	100	JFM	jul/19	dez/21	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	3 000,00 €	3 000,00 €
14	07030309	2019/14 Toponímia e Sinalização	O	100	JFM	jul/19	dez/21	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	1 500,00 €	1 500,00 €
								43 100,00 €	43 100,00 €	43 100,00 €	43 100,00 €	41 100,00 €	41 100,00 €	41 100,00 €	125 300,00 €	125 300,00 €

(a) o custo atribuído a cada projeto é equivalente em cada ação e compõe o projeto até à sua execução.

(b) designação de todos os projectos e ações dentro de cada programa.

(c) deve considerar-se o montante das despesas realizadas por projeto e ações realizadas por projeto.

(d) deve considerar-se o montante das despesas realizadas por projeto e ações realizadas por projeto.

(e) deve considerar-se o montante das despesas realizadas por projeto e ações realizadas por projeto.

(f) deve considerar-se o montante das despesas realizadas por projeto e ações realizadas por projeto.

(g) o total ativo é igual à importância líquida na coluna (c) dividido da importância da coluna (d) dos montantes de cada ação das colunas de Anos Seguintes.

Informação para cada programa e projeto de investimento:

Fornete de financiamento para Administração Direta; (E) para empresas; e (O) para fornecedimentos e outras

Fase de execução: 0 - não iniciado; 1 - com projeto técnico; 2 - em execução; 3 - executado; 4 - execução física superior a 50%; 5 - execução física superior a 90%;



Freguesia de Murtede

ORÇAMENTO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019

ENCERRAMENTO

O presente documento, devidamente numerado e rubricado, foi aprovado na reunião da Junta de Freguesia, que se realizou em 13/Dezembro/2018.

A JUNTA DE FREGUESIA

Carlos Fernandes

Paulo Batista

Silv. Pás

APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

O presente documento, foi presente e aprovado por (1) unanimidade da Assembleia de Freguesia em sua sessão ordinária, realizada no dia 28/Dezembro/2018, tendo todas as suas folhas sido rubricadas pela mesa que abaixo assina

A MESA

Ramón dos Santos Pinho
José Luís Santos Conty
Certificado Contabilista Fernando Andrade

(1)- Unanimidade ou maioria

Nota: o Contabilista Certificado da Freguesia informa que estará à disposição dos elementos da assembleia, caso o desejem, para o esclarecimento de dúvidas de carácter técnico. Para tal podem contactar os nossos serviços por: mail (geral@lusaconta.pt), telefone (239 918 650) ou fax (239 918 649).